

IDENTIDADE, FAMÍLIA E RELAÇÕES SOCIAIS EM ADOLESCENTES DE GRUPOS POPULARES

IDENTITY, FAMILY AND SOCIAL RELATIONSHIPS IN ADOLESCENTS FROM POPULAR GROUPS

Dra. Dorian Mônica ARPINI¹
Dr. Alberto Manuel QUINTANA²

RESUMO

Partindo da concepção de adolescência como um processo do desenvolvimento que apresenta transformações nos aspectos biológicos, psicológicos e sociais, constituindo-se numa fase que marca um importante período na vida dos sujeitos, este estudo faz uma reflexão sobre a construção da identidade em adolescentes de grupos populares, problematizando as noções de infância, família, maternidade e paternidade, assim como as relações de exclusão e violência que têm caracterizado a vivência dos adolescentes que integram o universo dos grupos populares.

Palavras-chave: Adolescência – grupos populares – identidade.

ABSTRACT

Having as a starting point the concept that adolescence is a development process which presents changes in biological, psychological and social aspects, and is a phase which marks an important period of people's life, this study makes a reflection on the identity construction in adolescents from popular groups. It also shows troubles on the conceptions of childhood, family, maternity and paternity as well as the exclusion and violence relationships which have characterized the life of adolescents who belong to the universe of popular groups.

Key words: adolescence, popular groups, identity.

⁽¹⁾ Departamento de Psicologia, UFSM.

⁽²⁾ Departamento de Psicologia, UFSM.

Apoio FAPERGS e CNPq

Endereço para correspondência: Rua Tiradentes 23 Apto 701 - Santa Maria – RS - CEP 97050-730 - Telefone: (0XX55) 222-3444 E-mail: darpini@fatecnet.ufsm.br

Pensar na construção da identidade, na formação dos sujeitos do ponto de vista psicológico nos leva a pensar em suas relações familiares e com o meio social, bem como nas experiências vivenciadas por cada um.

Por meio da experiência de trabalho em projetos de Extensão e Pesquisa, vinculados à Universidade Federal de Santa Maria, junto a adolescentes de grupos populares e adolescentes em situação de risco (adolescente que esteve ou está sob a proteção dos Conselhos Tutelares), constatou-se a distância entre o mundo desses adolescentes e o mundo acadêmico, o que conduz à reflexão sobre essa realidade e sobre a necessidade de repensar os referenciais e as possibilidades de atuação junto a essa população. Portanto, o interesse deste artigo resulta de inquietações originadas na prática, dos sentimentos ao aproximar-se desses adolescentes e dos questionamentos em relação a suas vidas e a seus projetos futuros, partindo do princípio de que é justamente na adolescência que essas questões emergem. A adolescência, como processo do desenvolvimento, apresenta transformações vividas nos aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Essa fase marca um importante processo na vida dos sujeitos, pois está diretamente ligada aos aspectos da identidade.

Lane (1989) observa que o indivíduo está sempre inserido num contexto histórico, de maneira que suas relações seguem um modelo que é desenvolvido por cada sociedade e pelo qual cada uma se orientam. Segundo a autora, é no contexto grupal que a pessoa se identifica com o outro e ao mesmo tempo se diferencia dele, construindo assim a sua identidade.

“Quando se procura resgatar a subjetividade, esta implica necessariamente em identidade, categoria que leva ao conhecimento da singularidade do indivíduo que se exprime em termos afetivos, motivacionais, através das relações com os outros – ou seja, na vida grupal” (Lane, 1996, p.31).

Para pensar na situação atual dos adolescentes de grupos populares, precisa-se refletir sobre o modo como se sentem em relação a si mesmos, quando olham para si ou quando percebem que todos a sua volta os desqualificam e os consideram indesejáveis, marginais, futuros delinquentes; segundo Erikson (1987), Fraga (1996), Mello (1999), Zaluar (1994a) essa vivência tem marcado fortemente a trajetória desses adolescentes. Isso leva a alguns questionamentos fundamentais: Como não acabar confirmando toda essa expectativa social? Como resistir a essa negatividade que os acompanha? Onde encontrar seus aspectos positivos, quando a sociedade e, muitas vezes, a família já perderam a esperança? Em resposta a essas questões, Mello (1999) adverte que é muito difícil construir e manter representações positivas de si mesmo, levando-se em consideração que estas são sistematicamente depreciadas por toda a sociedade, uma vez que, ao serem assim identificados, essa representação já vem marcada pelo que esse imaginário significa para os outros.

Nesse sentido, problematiza-se o modo como se constrói a identidade desses adolescentes, tendo em vista que as condições sociais de marginalidade em diferentes planos proporcionam bases muito frágeis para a construção de identidades positivas.

Autores como Madeira (1997), Santos (1996), Spindel (1984) e Zaluar (1994a, 1994b) têm evidenciado que as perspectivas sociais são, para esses jovens, cada vez mais empobrecidas; a escola é distante, ausente e carece de sentido; o trabalho, quando acontece, é sempre desqualificado socialmente ou pouco prestigiado, oferecendo pouca ou nenhuma garantia de condições de vida dignas. Seu universo de perspectivas futuras é, por isso, obscuro, o que necessariamente traz conseqüências para a natureza da representação que constroem de si mesmos, por meio da qual se pode entender suas identidades.

Se voltarem o olhar para a vida de seus pais, novamente se depararão com uma perspectiva empobrecida caracterizada pela realização de trabalhos desvalorizados e mal remunerados, por uma vida sem conforto, situação tal que culmina com a ausência de expectativa de mudança.

Segundo Guerra (1998), isso tem gerado uma crise na identidade dos pais, que se vêem enfraquecidos, em seu papel de sujeitos capazes de se converterem em suporte identificatório para seus filhos. Ao serem considerados insignificantes no trabalho, insignificantes no lar, esses pais acabam tornando-se fragilizados como modelo de identificação.

Nesse sentido, Costa (1989) refere a crise de identidade psicológica por que passam os homens trabalhadores, a ponto de não mais poderem dar conta de suas famílias, levando-os a enfrentar a própria acusação de serem fracassados, inferiores, incompetentes, incapazes de atender àqueles atributos que os tornariam homem, termo que traduz a condição de um trabalhador capaz de manter a casa e a família. Assim, parece que essa situação, em virtude de não ser assumida pela estrutura social, passa a ser automaticamente considerada um problema individual, determinando que os pais por ela acometidos de fato não possam oferecer-se como suporte identificatório, devido à sua própria situação de precariedade e fragilidade como sujeitos sociais.

O conceito de desqualificação social, elaborado por Paugam (1999), permite entender esse processo de enfraquecimento da identidade paterna. Segundo o autor, a experiência de desclassificação social é uma experiência humilhante que produz uma desestabilização nas relações com o outro e afeta as relações familiares, convertendo-se muitas vezes num incremento ao sentimento de culpa experimentado pelos pais ao se depararem com a impossibilidade de vencer os obstáculos encontrados. Assim, ao não

conseguirem dar conta daquilo que deles se esperaria como sujeitos, os pais vivem um sentimento de inferioridade social e uma sensação de fracasso pessoal, pelo qual se acusam e são, ao mesmo tempo, acusados.

Esse processo de não reconhecimento social, que se traduz por uma representação de inutilidade aos olhos da sociedade de produção, pode ser, segundo Carreiro (1999), o resultado do receio de perder a condição de “trabalhador”, cuja consequência seria a de pertencer à esfera da inutilidade, podendo, ainda, ser o fruto de uma prática de trabalhos socialmente desvalorizados e fisicamente desgastantes. Soma-se a esse desgaste, o fato de esses sujeitos experimentarem, profissionalmente, uma vivência de relações de submissão, humilhação e menosprezo cuja natureza evidencia que tais trabalhos são considerados de segunda categoria, isto é, são vistos como ofícios inferiores e pouco qualificados.

Ainda segundo Giddens (1996), os “novos pobres” são aqueles que se encontram em uma situação frágil, ou de completa exclusão no mercado de trabalho, ou que foram completamente excluídos dele.

Dentro desse panorama social, a perspectiva de futuro é, com certeza, muito difícil para esses adolescentes, os quais se encontram à margem das possibilidades mais positivas que a sociedade oferece; vivem quotidianamente a exclusão e, concretamente, possuem poucas esperanças de se inserirem dignamente no mundo do trabalho.

Passam, então, a viver na periferia das grandes dimensões institucionais de saúde, educação e trabalho, mantendo com estas relações de muita fragilidade, o que permite entender a situação de exclusão em que se encontram e de acordo com a qual, ora são mantidos fora da rede de suporte social, ora são iludidos, pela própria sociedade, de que dela fazem parte em condições de igualdade em relação aos demais.

Portanto, ao referir esses aspectos, não se pode deixar de pensar nas relações entre identidade e estrutura social, pois, como observa Ciampa (1989, 1998), as identidades refletem a estrutura social ao mesmo tempo que reagem sobre ela, conservando-a ou transformando-a. Assim, as diferentes possibilidades de configurações de identidade estão relacionadas às diferentes configurações da ordem social.

É nesse sentido que Erikson (1987) alerta que não se pode separar a crise de identidade na vida individual da crise contemporânea no desenvolvimento histórico, pois uma ajuda a definir a outra e estão verdadeiramente relacionadas entre si.

Lane (1995) diz que a identidade é a categoria-síntese na qual a mediação das outras pessoas seria predominante, sendo constituída historicamente no conjunto das relações sociais do indivíduo. Destaca-se, porém, a importância de se considerar que todas as categorias de afetividade, consciência e atividade mantêm mútua interdependência, estando umas imbricadas nas outras.

Vygotski observa que:

“Portanto, las estructuras de las funciones psíquicas superiores vienen a ser la copia de las relaciones colectivas, sociales entre los hombres. Dichas estructuras no son más que las relaciones de orden social, trasladadas al interior de la personalidad que constituyen la base de la estructura social de la personalidad humana. La naturaleza de la personalidad es social” (1996, p.228).

Isso reforça a importância de pensar dialeticamente para poder entender os processos nos quais as identidades vão se construindo, o que significa, conforme Sawaia (1999), pensar na dialética da exclusão/inclusão como relação entre categorias que não existem por si mesmas, mas que se constituem na própria relação que mantêm entre si.

Dessa maneira, quando um adolescente é excluído do universo da escola, do trabalho, ele está, nesse momento, sendo incluído no espaço social da marginalidade e da delinqüência. A forma como a sociedade organiza as relações torna difícil fugir dessa lógica. Essa dificuldade é tão grande que as experiências empreendidas no sentido de romper com essa nítida separação encontram dificuldades para flexibilizar o processo. Refere-se aqui, mais particularmente, à experiência vivenciada por adolescentes em projetos de extensão vinculados à Universidade Federal de Santa Maria, contexto que, tendo em vista que abre suas portas a adolescentes de grupos populares, provoca os “estranhamentos” em relação a esse acesso, evidenciados em expressões como: “que faz essa gente aqui?” Assim, a reação à inclusão desses sujeitos nesse universo, do qual eles estariam logicamente excluídos, caracteriza-se pela intolerância em relação a seus comportamentos e atitudes, bem como por tentativas de barrá-los, reações manifestadas por todos os segmentos no interior da instituição. Isso permite entender que a reversão desse processo é um caminho difícil; porém, ele é necessário ao processo de problematização das relações sociais estabelecidas.

Para entender os adolescentes aqui referidos, faz-se necessário repensar conceitos como: família, infância, adolescência, sexualidade, que são determinantes na construção do sujeito, sobretudo quando se trata desses adolescentes.

Estudos como os de Ariès (1981), Costa (1983) e Santos (1996) têm evidenciado as transformações desses conceitos, ao longo dos tempos, nas diferentes sociedades. Mostrando que a infância, a adolescência e a família são conceitos definidos e construídos historicamente, dando lugar a compreensão histórico-social desses conceitos.

“Parte-se, portanto, da idéia de que não existe, histórica e antropológicamente

falando, um modelo - padrão de organização familiar; não existe a família regular. Menos ainda que o padrão europeu de família patriarcal, do qual deriva a família nuclear burguesa (que a moral vitoriana da sociedade inglesa no século XIX atualizou historicamente para os tempos modernos), seja a única possibilidade histórica de organização familiar a orientar a vida cotidiana no caminho do progresso e da modernidade" (Neder, 1994, p.28).

Segundo Giddens (1991), o casamento e a família não seriam o que hoje são se não tivessem sido inteiramente "sociologizados" e "psicologizados".

A infância, tendo em vista que ganha o estatuto de idade privilegiada (Ariès, 1981), incrementa os estudos de ordem sociológica e psicológica, os quais, principalmente a partir do século XIX, vêm marcando as diretrizes do que se torna fundamental para o bom desenvolvimento. De fato, houve uma grande mudança na compreensão desses conceitos, bem como na percepção da importância da relação materna nos primeiros anos de vida.

As contribuições de Winnicott (1996) são fundamentais à compreensão do valor atribuído à relação inicial da criança com sua mãe e à relação da criança com seu ambiente familiar, onde deve receber afeto, proteção, atenção e limites, fatores fundamentais à organização futura. Para o autor, o sentido de identidade pessoal, aspecto essencial ao ser humano, está totalmente condicionado à existência de uma maternagem satisfatória. Ainda segundo Winnicott (1995), é preciso que as crianças tenham vivenciado a experiência de holding, pois disso deriva a confiança básica no mundo, expressão por excelência da nova subjetividade.

É também por meio dessas abordagens médico-psicológicas que se pode perceber alterações na dinâmica familiar, as quais passa, então, a privilegiar a intimidade,

restringindo o ambiente doméstico e intensificando a relação entre pais e filhos-Costa (1983). Segundo Violante (1994), o desejo materno e paterno de ter filhos é o suporte de qualquer dimensão identificatória. A ausência daquele coloca o bebê num vazio identificatório gerador de angústia.

Assim, segundo Winnicott (1996), estariam cobertas de razão as crianças que cobram seus pais que, depois de as terem trazido à existência, não lhes garantem as condições mínimas de acesso a ela, privando-as daquilo que, na visão do autor, é a base de toda a construção do sujeito.

Destaca-se que a ênfase na maternagem, como elemento privilegiado na construção da identidade, é uma concepção contaminada pela maneira como a sociedade concebe a infância. Os estudos anteriores de Ariès (1981), Costa (1983) e Santos (1996) mostraram que, em outras épocas, a maternagem não teve essa mesma importância.

Tal esclarecimento torna-se relevante no sentido de que não acreditem que essa concepção é hegemônica, universal e, portanto, a única possibilidade de conceber a construção da infância e da adolescência dentro de uma perspectiva satisfatória. Nesse sentido, problematiza-se essa concepção na qual a família nuclear é tomada como o único modelo adequado a um desenvolvimento saudável. Dessa maneira, pode-se abordar melhor as diferentes construções decorrentes de composições familiares diversas, pois isso exige a flexibilização das concepções antes mencionadas, de modo a entender, sem preconceitos ou prejuízos, grande parcela da população.

Atualmente muitas famílias são monoparentais, situação em que a mãe fica sendo a única responsável pela manutenção da casa, devido à morte do marido, ou mesmo sua instabilidade ou ausência do lar. Segundo Goldani (1994), além de haver crescido o número de crianças que vivem somente com a

mãe, aumentou também o tempo que as mulheres, na condição de mãe, permanecem sem cônjuge e com filhos.

“As taxas crescentes de famílias com chefes mulheres nas áreas urbanas assumem dimensões dramáticas quando se tem presente a associação entre famílias chefiadas por mulheres e pobreza urbana” (Goldani, 1994, p.118).

Alves-Mazzotti, ao falar sobre a situação das famílias de meninos e meninas na rua, diz que:

“Dentre essas características, destacam-se a extrema pobreza, a condição de migrante e a desagregação familiar – geralmente representada pela ausência do pai, transferindo à mãe o papel de chefe da família” (1996, p.118).

Nesse tipo de relação, a mãe é a figura de autoridade na casa, e o fato de ser, não raro, ainda bastante jovem, torna-lhe difícil o gerenciamento de todos os problemas e dificuldades decorrentes de ser pobre, ter muitos filhos e precisar mantê-los e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção da casa (Sarti, 1994). O mecanismo de controle encontrado por essas mães no cumprimento de sua função doméstica é a imposição da violência; elas precisam “manter as rédeas”, pois temem que, na ausência de um “pai”, as filhas e os filhos não venham a respeitá-las e conhecer as noções de limites necessárias.

Nesse sentido, a ausência da figura paterna acaba construindo uma relação diferente no conjunto da vida familiar, o que leva a mãe a ser mais “dura” na intenção de preencher o vazio deixado pelo pai na relação com os filhos. A família monoparental, matrilinear, coloca a mãe nessa dupla função de mulher mãe e trabalhadora, de modo que ela passa a exercer parte da tradicional autoridade masculina para evitar fragilizar ainda mais sua família, uma vez que não há um homem para prover teto, alimento e respeito, ficando por conta dela a economia da família (Sarti, 1994).

Dessa forma, entende-se que o fato de a mãe assumir sozinha a manutenção da família a sobrecarrega muito, o que a deixa mais volúvel, e reduz o tempo destinado a si e aos filhos, trazendo-lhe mais preocupações e angústias, situação que, sem dúvida, se reflete em sua relação com os filhos.

Moura (1996) destaca a importância dessa problemática, observando que a família apresenta cada vez mais uma estrutura matrilinear, na qual cabe à mãe a responsabilidade pelo crescimento econômico da família, fato que vem modificando a dinâmica dos papéis familiares.

A experiência de trabalho junto a adolescentes tem evidenciado essa realidade, que pode ser exemplificada, por meio do depoimento da mãe de um dos adolescentes, a qual atribui as falhas da educação dada ao filho ao fato de tê-lo criado sozinha, sem a importante figura do pai. Hoje, teme as atitudes do filho que, segundo relata, não consegue controlar. Esse aspecto é evidenciado por Zaluar ao referir que:

“A diminuição acentuada da presença paterna, quer por abandono físico, quer por indiferença moral e psicológica, significou um acúmulo das funções maternas, agora também apontada como a responsável pela moralidade da família” (1994b, p.264).

Percebe-se, nas palavras da mãe anteriormente citada, que ela sente que faltou a “figura forte” (Moura, 1996), aquela que se reveste de autoridade e com a qual os filhos se identificam e respeitam; aquela pessoa que, de posse de autoridade, pode orientar e, enfim, controlar. Tal figura, devido a sua condição de poder leva à incorporação das regras de convivência, à internalização de valores e normas na socialização dos integrantes da família.

O que se pode constatar nessa situação é a presença de uma noção de disciplina ligada à idéia de autoridade, de força, de

violência. Para muitas mães, e mesmo pais, a forma de ensinar e disciplinar passa pela violência física, pelo medo, de modo que bater num filho é a forma de ensinar-lhe o que é certo e bom. Trata-se sempre de um ato corretivo e preventivo de que as mães lançam mão para evitar que percam o controle da situação, e o qual reflete a necessidade de sentirem que dominam seus filhos, domínio esse que se exerce pela força, pela ameaça ao abandono como forma historicamente conhecida na educação dos filhos (Fonseca, 1987).

Moura (1996) descreve a “síndrome da casa vazia”, em que a ausência dos pais, de acordo com a necessidade de trabalhar para manutenção e sobrevivência familiar, priva as crianças de uma figura de referência na organização de seu dia-a-dia, fazendo com que essas se aproximem gradativamente do mundo da rua. Existe, segundo Moura (1996), algo que é muito significativo na vida da criança que não está dado apenas pela presença física; faz-se necessário aquilo que o autor chama de “presença psicológica”, a qual talvez possa garantir a essa criança melhores condições de vida, sobretudo por meio da possibilidade de relações de solidariedade, de afeto, de proteção.

Os adolescentes de grupos populares evidenciam carecer do aspecto teoricamente considerado fundamental à formação da identidade. Percebe-se, portanto, que esse modelo familiar, esse mito familiar já não se sustenta e, embora a sociedade crie alguns espaços sociais para dar conta dos que não podem viver em família, isso é feito a partir de uma postura de descrédito em relação a essa população, as quais são vistas como pessoas de segunda categoria, que devem ser assistidas, mas de quem não se espera um futuro promissor. Daí deriva a crença de que se trata de indivíduos em que não vale a pena investir com seriedade, mas apenas o suficiente para prestar contas a uma sociedade que, em sua maioria, também não espera muito mais do que isso. Esse fenômeno evidencia a

presença de um forte preconceito em relação às famílias das classes populares e, por consequência, ao seu modo de vida.

Segundo Neder (1994), é possível identificar, ainda, a permanência do preconceito nas políticas públicas em relação às famílias populares, pois estas são ainda consideradas bestiais/bestializadas.

É preciso, sem dúvida, adotar um outro modo de conceber a relação família/pobreza, no sentido de afastar-se da idéia de que os pobres são desqualificados e que os pais pertencentes a esse grupo são incapazes de oferecer afeto, proteção e amor a seus filhos. Precisa-se repensar essa institucionalização da concepção de família, evitando reproduzir o tipo de relação que a sociedade estabelece com essa população e com as instituições que a abrigam.

Entretanto, percebe-se que, além de não proporcionar as condições consideradas básicas para que esses grupos possam enfrentar os desafios sociais, a sociedade, insistentemente, os culpa por sua situação de fracasso, desamparo e passividade. Ela individualiza cada um sem, porém, conhecer a história que os une e os coloca na situação de exclusão e risco em que se encontram, processo que também é individualmente vivido por seus pais e suas famílias. Como observa Erikson (1987), a mudança desejável é concebida como uma simples questão de boa vontade ou de força de vontade, ao passo que a resistência a tal mudança é percebida como uma questão de má vontade, de inferioridade hereditária ou de outro tipo.

Nas palavras de Erikson:

“E, com efeito, é o potencial ideológico de uma sociedade que fala mais claramente ao adolescente que está tão ansioso por ser afirmado pelos seus pares, confirmado pelos professores e inspirado por “modos de vida” que valham a pena ser vividos. Por outro lado, se um jovem pressentir que o meio tenta

privá-lo radicalmente de todas as formas de expressão que lhe permitiriam desenvolver e integrar o passo seguinte, ele poderá resistir com o vigor selvático que se encontra nos animais que são forçados, subitamente, a defender a própria vida. Pois, de fato, na selva social da existência humana não existe sentimento vivencial sem um sentimento de identidade” (1987, p.130).

A psicologia, sobretudo os autores ligados à infância - Santos (1996), Winnicott (1995, 1996) -, tem se preocupado em definir as especificidades da infância e da adolescência, suas necessidades, suas características e atributos fundamentais. O que se problematiza é que muitas vezes essas teorias se referem a um núcleo determinado de crianças e adolescentes e tendem a estender essa fala a todos os demais. Isso é problemático, pois essa generalização sempre leva a uma desvalorização do grupo novo em relação ao de origem, que é o grupo definidor das concepções mais modernas em psicologia, medicina, pediatria, pedagogia, etc. O problema está justamente no abismo que a sociedade construiu entre os diferentes grupos sociais, que determina formas distintas de estruturar a infância e a adolescência em cada um desses grupos. Essa estrutura tende a ser obscurecida quando se fazem os diagnósticos, pois estes, desconhecendo ou negando essa diferença, provocam sempre um prejuízo para essas crianças e adolescentes, em virtude de apresentarem um modelo ideal cujos atributos se distanciam do perfil apresentado por esses grupos.

Por outro lado, a mesma sociedade que os generaliza, quando trata de estabelecer um diagnóstico e compará-los com o ideal definidor, é a que estabelece uma forma de tratamento diferenciada ao considerar seus espaços e oportunidades em relação a emprego, estudo, formação e tratamento. Com isso, fica explícito que a própria sociedade se contradiz ao exigir uma aproximação quando se trata de avaliar e

estabelece uma diferenciação quando se trata de atender e dar oportunidades, pois neste último caso desaparece seu interesse em generalizar a concepção mais moderna, o que demonstra que tal sociedade não considera todos como sujeitos da mesma ordem.

É nesse sentido que este trabalho busca contribuir, permitindo uma aproximação às dificuldades e conflitivas que decorrem da realidade na qual se encontram, evitando que as práticas sejam discriminatórias e descontextualizadas e, portanto, inadequadas à realidade desses adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. (1996). Meninos de rua e meninos na rua: estrutura e dinâmica familiar. Em FAUSTO, Ayrton & CERVINI, Ruben. (Orgs.) *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- ARIÈS, P. (1981). *História Social da Criança e da Família* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- CARRETEIRO, T. C. (1999). “A Doença como projeto” – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. Em SAWAIA, B. (Org.) *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CIAMPA, A. C. (1989). Identidade. Em LANE, S. & CODO, W. (Org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Ed Brasiliense.
- CIAMPA, A. C. (1998). *A estória do Severino e a história da Severina* (6ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- COSTA, J. F. (1983). *Ordem Médica e Norma Familiar* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- COSTA, J. F. (1989). *Psicanálise e Contexto Cultural: Imaginário Psicanalítico, Grupos e Psicoterapias*. Rio de Janeiro: Campus.

- ERIKSON, E. H. (1987). *Identidade, Juventude e Crise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- FONSECA, C. (1987). O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo Porto-alegrense de baixa renda. *Temas IMESC, Soc. DIR. Saúde*, 4 (1).
- FRAGA, W. F. (1996). *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo/Salvador: HUCITEC-EDUFBA.
- GIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- GIDDENS, A. (1996). *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GOLDANI, A. M. (1994, Novembro). As Famílias Brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas: A Família em Destaque*, 91, 7-22.
- GUERRA, V. N. A. (1998). *Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada* (3 ed.). São Paulo: Cortez.
- LANE, S. M. (Org.). (1989). *Psicologia Social: o homem em movimento* (8ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- LANE, S. M. (1995). A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. Em LANE, S. M. & SAWAIA, B. B. (Orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- LANE, S. M. (1996). Histórico e Fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. Em CAMPOS, R. H. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MADEIRA, F. R. (1997). A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou Em MADEIRA, F. R. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.
- MELLO, S. L. (1999). A violência urbana e a exclusão dos jovens. Em SAWAIA, B. A. *Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- MOURA, W. (1996). A família contra a rua: análise psicossociológica da dinâmica familiar em condições de pobreza. Em FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs.) *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- NEDER, G. (1994). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. Em KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família Brasileira, a base de tudo* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- PAUGAM, S. (1999). O Enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. Em SAWAIA, B. *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, B. R. dos (1996). *A emergência da concepção moderna de Infância e Adolescência: Mapeamento, Documentação e Reflexão sobre as principais teorias*. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SARTI, C. A. (1994). A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas: A Família em Destaque*. 91. 46-53.
- SAWAIA, B. B. (1999). Identidade – Uma ideologia separatista? Em SAWAIA, B. (Org.) *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- SPINDEL, C. R. (1984, Junho). O menor assalariado Registrado na Família e na Escola. *CERU Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, 19 (1).
- VIOLANTE, M. L. V. (1994). *A criança mal-amada: estudo sobre a potencialidade*

- melancólica*. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes.
- VYGOTSKI, L. S. (1996). *Obras Escogidas, Psicología Infantil* (Vol. 4). Madrid: Visor.
- WINNICOTT, D. W. (1995). *Privação e Delinqüência*. São Paulo: Martins Fontes.
- WINNICOTT, D. W. (1996). *Tudo começa em casa* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- ZALUAR, A. (1994a). *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan/ Ed. UFRJ.
- ZALUAR, A. (1994b). *Cidadãos não vão ao Paraíso*. São Paulo: Editora Escuta / Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Recebido para publicação em 23 de abril de 2002 e aceito em 06 de setembro de 2002.**